

22.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

16.11.2016

Ponto 3.1

Proposta de Aquisição da Totalidade das Participações Sociais da Empresa “Odivelas Viva, S.A”. Declaração de Voto

Antes de nos debruçarmos sobre a proposta que acabámos de votar é necessário lembrar, ainda que sucintamente, os acontecimentos e as posições da CDU, que fazem a história de todo este processo.

Desde o primeiro momento – em **23 de junho de 2008** – quando da aprovação da Proposta de Lançamento do Concurso Público para Seleção dos Parceiros Privados para a Constituição de Sociedade Comercial com Capitais Públicos e Privados para a Concepção, Construção, Instalação, Apetrechamento e Conversação de Escola do Ensino Básico e Equipamento Desportivo, que os vereadores da CDU disseram que este seria um negócio ruinoso para o município e os seus munícipes que, em última estância são quem mais perdem. Na altura referiram ainda que “... Há muito que o denunciámos e propomos e somos os primeiros a reconhecer a importância da construção de uma nova escola, na Ramada, e de um equipamento para a prática desportiva, em Odivelas. O tal pavilhão há tantos anos prometido... Este equipamento é fundamental. Mas o que foi proposto e aprovado hoje nesta câmara é, para os vereadores da CDU, absolutamente inaceitável.”

Em Novembro de 2008, quando da proposta de adjudicação do concurso para a seleção de parceiros privados para constituição de Sociedade Comercial voltámos a referir e sublinhar que “... para construir uma escola e um pavilhão, a Câmara vai criar e participar numa sociedade, em que fica em minoria e os privados em maioria.

Vai entregar a essa sociedade dois terrenos municipais, situados em duas das mais nobres áreas do concelho, com 15.468 m², por um valor global de pouco mais de 74.000 euros, ainda menos cerca de 16.500 euros que o valor mínimo de aquisição definido pelo Município, nos termos de referência do concurso. Mas o PS e PSD aceitam! O valor de investimento necessário para fazer os dois equipamentos, foi estimado pelos serviços municipais em 10.495.000 euros. O valor apresentado pelo privado foi de 18.368.000 euros, mais 75%. Mas o PS e o PSD aceitam! Depois de construídos, a Câmara vai arrendar esses equipamentos por quase 1 milhão e 800 mil euros no primeiro ano, com uma actualização de 2% ao ano, durante 25 anos! No fim do Prazo, em 2034, a Câmara estará a pagar quase 3 milhões de euros por ano, mais de 240.000 euros por mês. Contas feitas o município vai pagar, pasme-se, 57 milhões de euros por uma escola e um pavilhão que os serviços municipais estimam poderem ser construídos por 10 milhões de euros. Vai pagar quase 6 vezes mais. Mas o PS e o PSD aceitam! Assim se hipoteca o futuro deste território.”

Voltámos a repeti-lo em **Janeiro de 2009**, quando da adjudicação do concurso para a seleção dos parceiros privados para constituição da Sociedade Comercial.

Após as eleições autárquicas em setembro de 2009, houve a necessidade, em **fevereiro de 2010**, de adequar os representantes municipais nos órgãos sociais da empresa Odivelas Viva. Todos estamos lembrados, por essa ocasião, das declarações da então presidente da Câmara Susana Amador, a um órgão da comunicação social local de que o Pavilhão Multiusos não será nunca um centro de custos mas sim uma fonte de receitas.

Em Abril de 2012, por altura da aprovação dos contratos de arrendamento repetimo-lo mais uma vez. Nessa altura afirmámos: *“...A decisão de construção da escola e do pavilhão através de uma p.p.p., equipamentos esses que a câmara agora vai arrendar, é infelizmente mais um exemplo, um mau exemplo, dessas opções... O montante necessário para fazer os dois equipamentos, foi estimado pelos serviços municipais em 10.495.000 euros. O valor apresentado pelo privado foi, na proposta aceite pela maioria, de 18.368.000 euros. Mais 75% que o valor estimado pelos técnicos municipais! Não estivemos de acordo.... Agora, depois de construídos, a Câmara vai arrendar esses equipamentos por quase 1 milhão e 800 mil euros só no primeiro ano e com uma atualização fixa de 2% ao ano, durante 25 anos! No fim do prazo, em 2036, a Câmara estará a pagar quase 3 milhões de euros por ano, mais de 240.000 euros por mês. Contas feitas, pasme-se, a maioria PS/PSD concorda em pagar 57 milhões de euros por uma escola e um pavilhão que os serviços municipais estimaram poderem ser construídos por 10 milhões de euros. E até os termos dos contratos de arrendamento agora aprovados prosseguem a senda da salvaguarda leonina dos interesses privados, sem cuidar de igual tratamento para os dinheiros públicos....”*

O tempo foi passando com todas as turbulências e percalços.

Pelo menos que desde 2013 que os vereadores da CDU vinham afirmando que era urgente e necessário a Câmara Municipal renegociar a PPP que há muito se revelou altamente ruínosa para o erário público.

Diz a voz do Povo “mais vale tarde do que nunca”.

Chegámos ao dia de hoje, da tomada de decisão de aquisição da Totalidade das Participações Sociais da Empresa “Odivelas Viva, S.A”. Uma decisão que deveria ter sido tomada há mais tempo, tanto mais que a mesma foi anunciada com pompa e circunstância, por altura do aniversário do concelho, em Novembro de 2014.

Em dezembro de 2014, foi deliberado dar início ao processo de renegociação. Foram necessários 2 anos até chegarmos ao dia de hoje. Durante estes 2 anos questionámos inúmeras vezes o executivo municipal sobre o anunciado processo de renegociação. Todavia, as respostas foram sempre vagas, referindo-se apenas que se estava a aguardar o parecer do Tribunal de Contas bem como negociar com os representantes privados da Sociedade Odivelas-Viva

No processo que acabámos de deliberar o próprio contrato de compra e venda das ações, refere na cláusula terceira que o pagamento será efetuado após o visto do Tribunal de Contas.

Se juntarmos a este facto os vários ofícios da CGD a referir, **em outubro de 2015**, que reajustava o spread para 2% e “... contemplando o reajustamento aqui indicado, e tomando-se, como referência, o primeiro trimestre de 2016 para a concretização efetiva daquele vosso propósito.”

Como nada aconteceu, **em junho passado** a CGD vem confirmar as mesmas condições, mas referindo que “... é pressuposto que o processo de internalização da operação Odivelas Viva S.A. no município seja concretizado até final do corrente ano.”

No fundamental, esta deliberação peca por tardia. Como sempre afirmámos fomos contra o projeto de financiamento destes equipamentos, mas uma vez encetado, defendemos sempre que, na prossecução do interesse publico a Câmara deveria chamar a si a exclusividade na gestão e manutenção dos mesmos e isso só poderia ser feito quando a sociedade fosse extinta. Até ao momento a câmara pagou em rendas mais de 10 milhões de euros, verba que poderia não ter saído dos cofres do município, tivessem ouvido os eleitos da CDU. Estima-se agora que a poupança até ao final do contrato com a instituição bancária vai chegar aos 19 milhões de euros, o que só reforça a posição por nós sempre assumida.

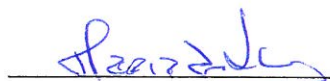
Congratulamo-nos com este passo e por isso votamos favoravelmente a aquisição do capital privado na sociedade, mas não podemos deixar de reafirmar a brutal despesa com que ela honorou o município entre 2009 até à data. Tudo porque PS e PSD teimaram em avançar para uma PPP contra o interesse dos munícipes.

Odivelas 16 de Novembro de 2016

Os Vereadoras da CDU



Rui Francisco



Maria da Luz Nogueira